

OS RUMOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NO BRASIL

*Entrevista com Jacinto Nelson de Miranda Coutinho**

RESUMO: Os rumos da pós-graduação, os critérios de avaliação e o perfil de excelência dos Programas de Pós-graduação em Direito são analisados pelo entrevistado, Representante da Área do Direito junto a CAPES em entrevista concedida quando da visita ao curso de Direito da UNIVALI.

No dia 13 de maio de 2005 visitou o curso de Direito da UNIVALI, Campus São José, o Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, professor de Direito Processual Penal dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, Doutor pela *Università Degli Studi di Roma “La Sapienza”* e atual Representante da Área de Direito junto a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), autarquia que legalmente controla e fiscaliza a Pós-graduação no Brasil. Nesse papel, o Prof. Jacinto Coutinho é o principal responsável por (nos próximos 3 anos) definir as bases e, presidindo a Comissão de Área, opinar sobre as atividades de autorização e

avaliação de toda a Pós-graduação em Direito no Brasil. Na entrevista (só agora revista e revisada), estavam presentes o Prof. MSc. André Lipp Pinto Basto Lupi, Coordenador de Monografias e Ex-Coordenador do Curso de Direito de São José, e o Prof. MSc. Rogerio Dutra dos Santos, atual Coordenador do mesmo curso.

Prof. Rogerio Dutra dos Santos – *O senhor está no papel de Coordenador de Área da Pós-graduação em Direito, na Capes. Eu gostaria de saber com mais detalhes qual a sua visão sobre os caminhos da Pós-graduação em Direito no Brasil, se o senhor vai apresentar uma linha de trabalho específica e se vai trabalhar junto ao Conpedi? E, se vai definir um grupo de trabalho, será a partir de quais critérios?*

* Advogado e Procurador do Estado do Paraná. Mestre em Direito pela UFPR e Doutor pela *Università degli Studi di Roma “La Sapienza”*. Professor Titular de Direito Processual Penal na UFPR. Representante da Área de Direito junto a CAPES.

Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – Nós temos um Programa de

trabalho que já foi apresentado ao Conpedi e à Capes e que envolve tanto uma dimensão interna, com a Comissão – que hoje já não é mais fixa, embora se tenha criado um Grande Comitê – e uma outra externa, que envolve todos os Programas que estão inseridos no Sistema Nacional. Este Programa/projeto está definido a partir do que nós, pesquisando, encontramos como, talvez, o grande problema da Pós-graduação em Direito no Brasil, que é a falta de conhecimento que se tem do próprio sistema.

Em uma estrutura que se gerencia a partir do que os Programas fazem e depois informam à Capes, o resultado da avaliação é aquilo que se dá em função do que foi informado. Claro que se parte do princípio de que as informações são corretas, verídicas, e de que aquilo que está lá é o que os Programas de fato fizeram. Se é assim, a avaliação, em que pese ter lá suas deficiências, suas diferenças, é um grande instrumento. Por evidente, os avaliadores não têm uma mesma posição sobre todos os assuntos, sendo necessário lutar para uma maior uniformização. Pelo menos, no sentido de que se erre menos do que, em geral, erra-se... Mas, mesmo assim, mesmo não havendo uma uniformidade absoluta, o resultado da avaliação é um resultado que reflete, em linhas gerais, aquilo que de fato o sistema apresenta.

Nós todos conhecemos a potencialidade da área. Conhecemos o padrão, conhecemos todos os Programas, quem está lá e quem lá faz. Daí que não é condizente a avaliação que os Programas têm, ou seja, tenho certeza de que ela, a avaliação, tinha que ser maior. Nós temos mais para dar; ou nós fazemos mais do que se reflete na avaliação. Mas ela é resultado do que apresentam os Programas.

Então, numa linha lógica, é óbvio que isso é consequência do fato de que nos Programas há um grande número de pessoas que sabem muito pouco sobre o funcionamento do sistema; e isso inclui o corpo docente, discente e servidores, embora tenha gente extremamente capacitada e que o conhece de modo profundo. Só esses, todavia, não bastam, mormente se se pensa a matéria a partir das orientações da Capes, ou seja, dos indicativos oferecidos por ela.

***Prof. Rogerio Dutra dos Santos** – A idéia, então, é a planificação, o estabelecimento de critérios básicos a partir dos quais a avaliação vai passar a acontecer?*

Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – Não! Já há um critério básico. A área, inteligentemente – e isso já veio desde o tempo em que o Prof. Dr. Luiz Edson Fachin era o Representante de área –, estabeleceu critérios complementares àqueles critérios que a Capes havia determinado e que tiveram pequenas alterações. São basicamente sete itens que se debruçam sobre a estrutura dos Programas. Mas, só para se ter uma idéia do que estou falando, o primeiro item da avaliação é sobre a consistência e a coerência. Ora, coerência de um Programa significa a resposta àquilo que ele se propôs. Se você tem um Programa que está debruçado em cima de uma pequena área, ele deve produzir dentro daquela área. Eis a lógica do sistema.

Por isso tudo é que foi tão inteligente a criação da Capes, que é uma autarquia e talvez um dos órgãos mais democráticos do Brasil, porque é integrada por professores do sistema nacional. Os diretores, todos, vêm daí. A avaliação toda é feita por comissões de

avaliação que representam quarenta e cinco áreas do conhecimento, todas preenchidas por professores do sistema e geridas por professores do sistema. São eles que definem para onde vão os recursos, para onde vão as verbas: por exemplo, para se fazer um doutorado sanduíche, se vai receber bolsa, se não vai receber, quanto vai receber. Ou seja, o sistema é todo gerenciado pelos professores, gente que está inserida no contexto, que conhece o sistema. Por evidente que nem tudo é perfeito na Capes, pelas idiossincrasias etc., mas é uma estrutura para ser mais louvada que criticada, principalmente quando você olha para outras na República e compara.

A Capes, assim, quando estruturou o sistema, o fez de uma maneira genial, eu avalio. É fantástico porque uma das coisas que se fez, quando veio a estruturação, foi tirar o núcleo da Pós-graduação do modelo antigo, que era um modelo generalista. Grandes Programas... Tinham e têm seus méritos, mas eram Programas generalistas. No Direito era um mestrado, ou um doutorado em Direito. Os professores ofereciam as cadeiras tradicionais que, não raro, salvo uma ou outra exceção, viravam uma repetição da graduação no mestrado, da graduação no doutorado. Um aprofundamento lá, outro aqui, acolá. Mas uma repetição. Isso é alguma coisa que, além de ultrapassado, se fosse mantido, em definitivo levaria à impossibilidade de os pequenos Programas, daqueles que têm menos gente, crescerem. E tudo por uma razão primária: os grandes Programas têm um imenso número de professores. Os pequenos Programas têm lá dez, doze professores. Como é que com dez, doze professores, poderiam dar conta de um aparato geral todo? Não dariam! Se é assim,

você nunca iria ter um Programa grande, porque para ter algo do gênero teria que ter um número compatível de professores, logo, imenso.

O que a Capes fez? E não para o Direito, não. Isso foi realizado para a Pós-graduação em geral, porque a Ficha de Avaliação diz respeito a todos, embora alguns pontos dela vão completados nas respectivas áreas, na Física, na Química, na Mecânica, na Educação, no Direito etc.

O que a Capes fez? A Capes mudou o eixo. Em vez de dizer “um Mestrado em Direito...”, permitiu que se tirasse uma fatia de uma fatia: o Direito Constitucional, por exemplo. Dentro do Direito Constitucional, que já é uma parte, você pega outra parte: Direitos Fundamentais, por exemplo. Dentro dos Direitos Fundamentais, pega uma outra fatia: por exemplo, Proteção dos Incapazes... Então, o foco é aquele. É uma fatia da fatia da fatia. É como se você dividisse um grande bolo e tirasse uma fatia da fatia da fatia. Se você pegar a fatia da fatia da fatia, com dez, doze professores, pode dar conta dela. Mas, dar conta significa dar conta daquilo que o Programa se propôs, porque é uma Pós-graduação – percebe-se – em Proteção dos Incapazes, dentro dos Direitos Fundamentais, dentro do Direito Constitucional. Só aquilo! O mestrado é naquilo, digamos. Deve ter uma área de concentração que gira em torno daquilo. Linhas de pesquisa, em torno daquilo. Nessas linhas de pesquisa estão vinculados projetos de pesquisa e compatíveis com eles (o conjunto) é que se deve estruturar as disciplinas. E por conta dessas disciplinas – e do conjunto todo, enfim – é que deve acabar saindo a produção, seja dos docentes, seja dos discentes, mormente as dissertações e as

teses, no caso dos doutorados. Isso faz com que um Programa com dez, doze professores, se se preocupar integralmente com só uma fatia, possa ser um Programa de excelência. Naquilo, ninguém faz melhor do que ele. E quem pode fazer isso? Qualquer um! É preciso, porém, entender isso; entender que é assim. Do contrário, vão continuar aparecendo propostas de novos cursos em que a estrutura está, digamos, além de outras barbaridades, arrumada para as aptidões dos professores, o que é muito difícil de compatibilizar, pela complexidade evidente do conhecimento envolvido. Ao invés de se pensar deste modo, basta, para cumprir o que pretende a Capes – e já faz muito! –, encontrar o eixo de interseção entre eles; e trabalhar em cima daquela fatia. Eis a inteligência do sistema para quem, eventualmente, ainda não se deu conta.

É genial, então – e posso isto dizer dado que quando cheguei na Capes a estrutura já estava lá e em funcionamento –, porque a Capes abriu a possibilidade de você ter um Programa pequeno que seja de excelência. Não tem que ser, destarte, necessariamente, como era antes, um Programa grande. Não só não tem que ser grande como não se quer que seja grande – ou só se quer assim com as devidas condições –, porque para estudar aquilo que foi proposto tem que ser um corpo docente que esteja em sintonia. Por isso é que a base da Pós-graduação é a interdisciplinaridade, para começar. Claro, isso é uma coisa elementar. Se você pega a fatia da fatia da fatia e faz um Programa em Proteção dos Incapazes, por exemplo, no Direito Constitucional, ela é reduzida – embora ainda seja ampla – de uma tal forma que necessariamente se

precisa dialogar, começando pelo Direito Constitucional, com o que se liga tudo, seja nas disciplinas de base, seja nas demais. Isso só se faz interdisciplinarmente ou transdisciplinarmente. Fazer as disciplinas dialogarem entre elas para poder se interpenetrarem. Como parece primário, daí se vai gerar uma produção homogênea; quiçá de qualidade e, por que não, de excelência.

Por isso é que não tem sentido acontecer o que tem acontecido. E aí eu ia começar falando da avaliação que é feita por aquilo que os Programas apresentam. Tem um Programa que é isso aí, ou seja, esse do exemplo que eu dei. E aparece, nele, uma dissertação sobre “gás carbônico no meio ambiente”. Ai você diz: “Ó raios!”. Que tem a ver um Programa que está estudando Proteção Constitucional dos Incapazes com gás carbônico no meio ambiente? Tem – ou pode ter – alguma coisa errada, nem que seja o título: está errado! Ora, essa dissertação está, por um motivo ou outro, fora do raio de alcance do Programa. Vejam, ela é um sintoma de que o Programa está agindo mal e, importante, agindo mal, quem sabe, já na sua seleção, não raro deixada aos cuidados de professores que sabem pouco – ou nada – das exigências do sistema. Em um Programa generalista, por seu turno, isso caberia, mas também é possível que em um Programa generalista tivesse um professor que desse conta do tema. Nesse Programa pequeno, todavia, não dá. Nesse não dá. Seria a mesma coisa que ter um Programa em Direito Negocial e aparecer uma dissertação em “Inquérito Policial: natureza jurídica”. Você diz: “Ué, o que isso está fazendo aqui?” Veja como está fora; o que significa dizer que tem alguma coisa errada dentro do mecanismo do Programa; algo para

ser pensado e, com certeza, consertado, por certo com a participação e ajuda de todos, a começar pelo apoio institucional.

Mais um exemplo: o Programa publica um livro. Ah!, um livro do Programa... Você vai examinar e não tem nada a ver com aquilo que se faz (a fatia) no Programa. Juntaram, por exemplo, um texto de cada um... Assim, o professor ou o aluno escreve sobre “a importância da proteção do boto-cor-de-rosa na Amazônia”... Mas o que tal matéria, que é importante na sua área (o mestrado da UEA, por exemplo, em Manaus) tem a ver com o seu Programa? Claro, não é o que se quer, porque na verdade isso enfraquece os Programas pequenos; e ele, o enfraquecimento, retira a esperança que esses Programas precisam ter para serem de excelência. Isto, a excelência de todos, enfim, é o que se quer; inclusive por ser interesse de todos, como vou mostrar.

Na nossa área esta questão não está bem assimilada e o que está dentro do nosso programa/projeto é exatamente, em um primeiro momento, afinar o discurso do Grande Comitê, de modo a se ter uniformidade para tudo o que for possível, embora se saiba não ser fácil. Depois, sair pelo país (tudo sob a coordenação do Prof. Dr. Fernando Facury Scaff), não todo mundo, mas, alternado, pessoas desse Grande Comitê, discutindo com os Programas ou com grupos de Programas exatamente esse mecanismo, para se poder tentar ter a qualidade pretendida. Assim, faz-se renascer a esperança de que os Programas de todas as universidades, mormente os Programas menores, ganhem consistência, ganhem coerência, e passem a ocupar o lugar que eu acredito que eles têm. Estou certo de que nós temos capacidade e gente qualificada para tanto. Enfim, não se

tem feito muito mais, parece-me, por falta de conhecimento, falta de conhecimento do sistema, da mudança que se operou, com todas as novas possibilidades criadas.

Temo, contudo, os senhores da verdade de sempre; os catedráticos, como dizia o Lyra Filho, ou seja, os que sabem que a coisa deve ser feita assim mas não querem, porque podem – ou imaginam poder: estamos perto da paranóia! – perder um pedaço do pequeno poder que angariaram; ou pensam que angariaram. Gente assim tende a puxar as iniciativas para baixo, mas não podemos dar muita atenção, ou melhor, precisamos lutar contra, com argumentos racionais e democráticos.

***Prof. André Lupi** – Professor, voltando a essa questão da falta de conhecimento, que os próprios docentes que atuam na pós-graduação têm, e pensando, por exemplo, que o MEC, na graduação, vem se voltando para a questão da avaliação interna... Até que ponto a avaliação interna, ou, melhor dizendo, a auto-avaliação... Ela contribui para um melhor conhecimento pelos próprios professores dos critérios que são considerados para a Capes e até que ponto a auto-avaliação entra, hoje, nas avaliações da Capes?*

Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – Nós não temos uma linha definida sobre isto. Por evidente que há um diálogo entre graduação e Pós-graduação, o qual é tomado em consideração. Está mais ou menos na direção daquilo que se pretende com a auto-avaliação. Bom, não é só uma questão de auto-avaliação no sentido estrito, mas no sentido lato, quer dizer, no sentido de

que os professores de fato saibam onde estão inseridos. Não basta você contratar um doutor para dar aula no seu mestrado. É preciso, como eu disse antes, que ele venha contratado sabendo que vai trabalhar naquele lugar, com aquelas pessoas, com aquela matéria... Não basta você chamar um constitucionalista para dar aulas num Programa onde o tema é aquele. É um constitucionalista que vai tratar, como no exemplo usado, de algo vinculado à Proteção dos Incapazes. Isto é, quem sabe, o mais relevante dentre o que estou dizendo. Tal conhecimento poderia ser, também, o resultado de uma auto-avaliação. Como temos uma área muito grande, com cinquenta e três Programas, precisamos que todos tenham consciência disso porque, mais do que tudo, de fato, queremos que sejam de excelência, algo impossível se a assunção da possibilidade não vier de dentro dos próprios Programas.

Suponhamos que alguém aqui em Florianópolis estivesse trabalhando uma tese em Hobbes. Só com os Programas sendo de excelência – ou próximos dela – nós poderíamos imaginar a hipótese de que eles, de uma maneira eficaz, pudessem dialogar entre si. Nesse espaço, essa pessoa que está aqui trabalhando sobre Hobbes, poderia sair e ir estudar com alguém que, na área do Direito, estudasse Hobbes no Recife, ou em Brasília, ou em Curitiba... Mas isso só se dará quando os Programas tiverem um padrão mais ou menos uniforme de excelência, que podem ter, porque há gente extremamente capacitada na área, em todos os sentidos, no país inteiro.

Prof. André Lupi – *Mas não há também um problema de cultura na pesquisa do direito, que é a de pesquisar sozinho?*

Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – Sim. Por isso que eu insisto na tese de que a Capes foi quem produziu essa evolução ou, pelo menos, a possibilidade dessa evolução. Ou seja, os doutores da Capes, quando pensaram o problema, pensaram que era preciso dar uma guinada. Afinal, nós, no país, sempre fizemos pesquisa solitária, salvo quem historicamente fazia pesquisa de grupo concentrada, em que havia necessidade como, por exemplo, as pesquisas de laboratório, que sempre foram em equipe, como no caso do genoma humano, ou seja, coisa que não dá para pesquisar sozinho. Então... Em várias áreas o Brasil era autodidata. Na do Direito, como nenhuma outra, isto é, mais do que ninguém. Professor dava aulas na Universidade e sozinho fazia sua pesquisa... Sozinho ele tinha uma grande biblioteca, coisa que hoje é muito difícil porque, para comprar livro, principalmente sendo professor, é quase impossível. Quer dizer... Biblioteca grande. Biblioteca grande que eu digo é acervo de dez mil volumes, que é uma coisa mínima para se ter uma grande biblioteca. É muito difícil.

Mas isso sempre foi assim. Sempre houve um autodidatismo e, não raro, com todo o esforço que se fez, não se sabia nem pesquisar. Tanto que nós temos uma grande necessidade de fazer Metodologia da Pesquisa, para ensinar às pessoas. Sabe, a gente fica indicando os livros... Tem que ler fulano, beltrano, para saber como se faz, como se ficha, como se coloca no computador, como é que se faz um resumo. Esse tipo de coisa que é... básico. Que um pesquisador tem por hábito. Basta você ver que tempos atrás – hoje paulatinamente isso vem mudando – não se sabia como fazer

citação. As pessoas não sabiam como citar. De repente você vê o nome de um autor num texto: Arruda. “Arruda disse...”; era assim antigamente. “Porque Arruda disse...”. Os processualistas brasileiros passaram anos, anos, décadas, falando num certo Plòsz. Todo mundo estudou Direito Processual e sabe de quem é que eu estou falando. Lá pelas tantas aparecia um professor e dizia: “O direito abstrato de ação se desenvolveu a partir de dois grandes professores da Alemanha, que foram Degenkolb e Plòsz...”. Em nossos livros você procura e está escrito Plòsz, Plòsz, Plòsz... E você pergunta, como me perguntei, para não dormir com tantas dúvidas: Quem é esse Plòsz? Qual o prenome dele? Não tem... Não se acha. Ninguém dizia, pelo menos que eu conheça. E tudo porque se citava tão-só Plòsz. Enfim, era cópia, ao que parece, inclusive por parte de gente muito louvada e seguramente muito preparada, alguns mais metidos do que era necessário. Afinal, tudo indica que teriam copiado do Chiovenda, e a sorte é que ele era honesto e sabia o que estava dizendo; se é que os nossos já não teria sido tirado de um terceiro. Ora, foi Chiovenda que, na famosa prolusão de 1903, falou de Plòsz. Só que, na tradição italiana, Plòsz era Plòsz; citava-se assim, como fez Chiovenda. Se você quisesse saber quem era Plòsz, que fosse atrás. Chiovenda, porém, leu Plòsz, conforme pude constatar na biblioteca dele, agora doada à Universidade de Roma, “La Sapienza”. Aqui, todavia, tudo indica que se não tinha acesso ao livro, que não tinha no Brasil, pelo menos que eu saiba. Quer dizer, hoje tem porque temos cópia da edição alemã (PLÒSZ, Alexander. Beiträge zur Theorie des Klagerechts. Leipzig: Verlag von Duncker

& Humblot, 1880, 175p.), mas, como não se tinha, falava-se em Plòsz; e nada mais; nenhuma indicação; sintoma, quiçá, de que se não leu, algo muito perigoso. Isso é mais ou menos o exemplo que eu dei. Se você disser “Arruda...”: que Arruda? Qual? Você não sabe! E isso se passa com qualquer nome que você colocar. Ou seja, em que pese menos, hoje, até nisso é necessário ir a detalhes. Quer dizer que nós precisamos criar e recriar uma Metodologia da Pesquisa para ensinar como é que se faz um resumo, como é que se escreve um texto, como se subdivide, como se faz um plano, como se faz uma citação etc. Logo, não podemos uniformizar por completo o conhecimento, mas é preciso consciência porque, senão, não se vai adiante.

Por outro lado, o “conhecimento manualesco” se tem mostrado cada vez mais incompatível com a Pós-graduação. Isto não significa negar a importância da dogmática, que é imprescindível, mas entender, de uma vez por todas, que o “doutor em generalidades”, senhor do sistemático “achismo”, não é condizente com o nível de pesquisa que se pretende. Como insistentemente anotava o Prof. Dr. Fernando Facury Scaff como Representante de Área, o conhecimento vem aos poucos, passo a passo, e não por revelações ou estalos, razão por que é preciso insistir na pesquisa acadêmica, diferenciando-a da pesquisa profissional, feita nos escritórios de advocacia e gabinetes do MP e Magistrados.

Prof. Rogerio Dutra dos Santos –
Professor, o que é que você pensa da atribuição do título de mestrado para o que hoje se chama de mestrado profissionalizante?

Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – O mestrado profissional é uma coisa que se inventou na Capes, há uns anos, como uma forma de responder a uma determinada demanda do mercado. O problema começa por uma questão de constitucionalidade. A Capes não pode criar um curso por Resolução, ou por Portaria. Isso parece uma coisa evidente. Ou seja: não tem a Capes legitimidade legislativa para impor uma inconstitucionalidade, o que é óbvio. E este é o motivo pelo qual, agora, a matéria voltou à baila, entre outras coisas, na reforma universitária, dado que se quer fazer inserir o mestrado profissional, o que daria constitucionalidade a ele.

Eu, hoje, estou convencido que o mestrado profissional, em que pese o título – horrível – pode ter alguma valia para certas áreas. Há uma idéia em certos setores de que a expansão deve vir por esse mestrado profissional, algo de acordo com o momento neoliberal, em que predomina o mercado. Afinal, a idéia é de que esse mestrado profissional respondesse por uma demanda de mercado que dizia respeito a um aperfeiçoamento daqueles que já tivessem título.

Um engenheiro, digamos, de uma fábrica que, diante da automação dela, voltasse para a Universidade, não mais para o lugar que ele ocupava, que já ocupou, mas para um outro nível e neste por força do curso que fizesse, que se admitia fosse um curso de um ano, com aulas no final de semana e terminasse com um trabalho qualquer, entre outras coisas... que ele ganhasse o aperfeiçoamento necessário. Porque, com esse aperfeiçoamento ele voltaria a trabalhar, por exemplo, com automação na fábrica. Assim, estaria voltado para essa finalidade.

Fizeram, então, uma forçada distinção, claro, porque, entre outras coisas, banalizou-se a especialização, dado que isso seria uma coisa típica da especialização, como sempre foi a especialização na medicina, por exemplo. E para isso, a especialização se prestaria muito bem. Como se banalizou a especialização, criaram um outro nome para ela, com a distinção – e aí que entra a questão referente ao Direito – de que, por força das regras da Capes, este título, obtido num curso que não tem nada de diferente, a não ser um eventual trabalho final, que já era cobrado em muitas especializações, esse título teria o valor do título de mestre, com as prerrogativas do título de mestre. Por exemplo: entrar no percentual de trinta e três por cento do corpo docente que a LBD exige dos Cursos de Graduação e assim por diante.

A sustentação da Capes é que isso tem muito pouca influência nas estruturas atuais porque está voltada essencialmente para o mercado, ou seja, aprimoramento para o mercado. O exemplo que eu dei do engenheiro serve bem; aprimoramento para o mercado. Aprimoramento para o médico, no novo aparelho de radiologia, ajudando-o no mercado. É, enfim, para o mercado.

O problema é que no Direito, e em algumas outras áreas, a par do mercado, em que um curso deste tipo tem muito pouco efeito, muito pouco valor, o que se tende a fazer é preparar mal as pessoas.

A mim foi questionado, por exemplo, quando me coloquei contra, se não seria possível, se não seria viável algo do gênero para os peritos. Respondi negativamente, porque a objeção é simples. Evidentemente que não dá, se for um curso de final de

semana, uma especialização com outro nome, porque os professores não vão aprofundar o saber que já dispõem os peritos. Ora, precisaria muito mais do que isso, porque é ingenuidade pensar que comportaria, para um mestrado em Perícia, um cursinho de final de semana.

Mas há um fator vital que contrapõe o mestrado profissional com o mestrado acadêmico. É que o mercado – e é isso que se esquece em relação ao Direito – antes de ser um mercado profissional é um mercado do ensino do Direito. É preciso pensar, então. Eu não sei quantas são, hoje, as Faculdades, mas eu fiz uma conferência no começo do ano em Cuba e tive que fazer uma pesquisa para escrever sobre isso e me foi informado pela OAB que nós estávamos com oitocentas e cinco Faculdades de Direito, sendo certo que agora já são quase novecentas.

Assim, é preciso pensar que essa gente que vai fazer um curso desse tipo vai ocupar o espaço, o lugar de um mestre no mercado do ensino do Direito. E aí, o que nos resta questionar, isso sim, é se esse curso que visava preparar para o mercado possa ser eficiente, pensando do ponto de vista neoliberal, mesmo, para preparar um mestre, um professor para sala de aula. Enfim, é preciso pensar assim: alguém que fizesse um mestrado profissional em Perícia, e que saísse com o título de mestre profissional em Perícia, imediatamente ia passar a mão naquele título e bater na porta de uma Faculdade e dizer: eu quero dar aula! Só que nós não temos uma cadeira de Perícia. Veja como é distinto, como é diferente, quando você fala de um mestre profissional lá no campo do engenheiro mecânico, com sua relação com a máquina nova. Nós, como se

sabe, não temos uma disciplina em Perícia. Aí o coordenador, o diretor, vai perguntar: “Sim, você é mestre, tenho que lhe aproveitar porque tenho que ter trinta e três por cento de professores com título. Mas do que você vai dar aula então?” E ele vai dar aula do quê? Parece uma coisa evidente: dos ramos do Direito que estudam as perícias. Sobra, porém, uma pergunta: você vai preparar neste curso um professor de direito processual? De alguém que faz um curso... que tenho minhas dúvidas se se abonaria como perito. Mas, você abonaria tal mestre como professor de Direito Processual, embora com um título que vale o que vale o acadêmico? Essa é a questão séria, muito séria, disso daí. Talvez a mais importante.

Em suma, estou pensando aqui é na Universidade, nas Faculdades de Direito, na formação, na qualidade do que se deve formar, na luta que se deve ter para um ensino de qualidade mesmo, que você não vai produzir com gente desse naipe. Com um sujeito que tem um título desse quilate. O cidadão faz um Mestrado Profissional em “Gestão Judiciária”, como estão propondo por aí... e foi negado pela CAPES, pelo menos pela área de Direito. Essa gente vai fazer “Gestão Judiciária” e, assim, salvo engano, administração de cartório e sei lá o quê. O escopo é, de fato, a gestão do foro? Não! Vão pegar esse título e sair correndo para a primeira Faculdade dar aulas de Direito Processual, de Direito Civil, de tudo o que aparecer. Estão habilitados para tanto? Ou isso é só para complementar o salário dessa gente? Uma forma de burlar o Sistema Nacional e o mestrado acadêmico, porque alguns não querem se submeter aos testes para entrar no mestrado acadêmico na Univali, na

Federal de Santa Catarina, na Federal do Rio Grande do Sul, na PUC do Rio Grande do Sul, na Unisinos, na Federal do Paraná etc. O pior é que, em geral, aqueles que se habilitam têm tido enorme sucesso, com uma produção de extrema qualidade, refletida, inclusive, no plano profissional. Digam, então. Este é que é o problema!

Só que tem uma coisa mais grave desde o ponto de vista do Sistema Nacional de Pós-graduação, do qual eu, pela área de Direito, sou representante hoje; ou estou representante hoje. Trata-se da questão do mercado de trabalho. Do ponto de vista do mercado, se essas quase novecentas Faculdades colocarem um mestrado profissional que vai dar um título que desde o ponto de vista legal vale a mesma coisa que o acadêmico – e já está se pensando em fazer o doutorado profissional, que é mais grave ainda –, pergunta-se: quem é que vai querer fazer um mestrado acadêmico, como nós todos fizemos, com todo aquele tempo, sala de aula, disciplinas fundamentais, Filosofia do Direito, Sociologia, enfim...? Quem vai fazer um mestrado acadêmico, devendo gastar para, dentro das estruturas, assistir aulas? Quem, quem vai fazer um mestrado acadêmico se você pode fazer um curso de final de semana e sair com um título igual? Pergunta: na área do Direito, nós temos cinquenta e três Programas, quinze com doutorado, ou seja, mestrado e doutorado. Os outros todos, só mestrado. Quantos vão resistir em um mercado desse naipe? Quem vai querer fazer mestrado acadêmico? A Univali, que tem mestrado. Quem vai à Univali fazer mestrado acadêmico se pode entrar em uma porta na frente e fazer um mestrado profissional? Quem vai querer fazer o mestrado acadêmico? É a pergunta

que não quer calar. Em resumo: o sistema está fadado ao naufrágio, à bancarrota. Pior: a banalização do valor dos títulos, em nome de uma expansão inadequada que só responde ao deus mercado, donde a expansão errônea da graduação em Direito não serviu de lição. Quando a questão é mercado – e falar dele é falar de lucro –, quem se importa com valores como a cidadania, mesmo porque alguém vai sempre pagar um preço; ou o pato.

Não precisa ter muitos neurônios para saber que lá na frente não só se faz naufragar a qualidade do ensino do Direito da graduação como, em termos de sistema de pós-graduação, é um caos. Ou seja, se alguém tinha pretensão de fazer mestrado e doutorado, como nós fizemos... Sala de aula, estudo, investigação, disciplinas fundamentais, Filosofia, interdisciplinaridade e tudo mais... Se alguém tinha essa pretensão, ficou complicado. Porque você faz um curso de fim de semana, uma especialização com um outro nome bonito e pronto, está lá, dentro do sistema. Isto é uma das coisas mais perversas dentre os efeitos do neoliberalismo.

Eu, da minha parte, não me presto para fazer o papel de coveiro do Sistema Nacional de Pós-graduação e só tenho me mantido porque é preciso resistir, antes que algum aventureiro lance mão... Hoje estou plenamente convencido, embora o nome seja horroroso, que para alguns campos, este tipo de estudo até pode ser eficiente. Tem o exemplo do engenheiro mecânico, com uma nova máquina na automação, e assim por diante. Agora, há campos, como o nosso do Direito, onde isso é absolutamente inviável, seja pelo reflexo na graduação, seja pelo reflexo na pós-graduação. Enfim, em sendo regra de mercado, vai prevalecer o mercado.

E aí, o que nós vamos ver é, de fato, um naufrágio. Então, se você está se preparando para ser um professor, com dedicação, se sua vida gira em torno de uma Universidade etc. e tal, é preciso ficar atento. Logo pode ter pouca serventia, vamos dizer assim, se se pensar em mercado do ensino. O grande problema deles e um pouco da nossa esperança está ligada ao fato de que nesse mercado do ensino a eficiência se vincula aos que sabem mais; e aí vai depender dos mestres e doutores acadêmicos. Mas é só aí, com tudo o que tem de discutível.

Prof. André Lupi – *Voltando à outra questão. O professor falou da outra ponta, de Programas de excelência, e o Direito já está na segunda avaliação, dentro do novo sistema. Não sei, inclusive, se houve um caso em que nós tivéssemos um Programa com nota sete. Por que mesmo os melhores Programas de Direito não alcançam a nota sete? Qual é o critério que está faltando a esses Programas para alcançarem a nota máxima?*

Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – Só tivemos, de fato, duas avaliações dentro do novo sistema. Portanto, é recentíssima a alteração das notas, do critério de notas. Dentro da estrutura anterior, dentre os Programas de Direito, não eram poucos os que tinham nota máxima, considerados *top* de linha. Ou seja, último nível, então, “A”, em escala de “A” a “D”. Hoje, no país, vocês sabem, temos quatro Programas de excelência. São quatro Programas que têm nota seis, em escala de 1 a 7, para os Programas que têm mestrado e doutorado. Assim, você tem nota de um a cinco, para quem tem só mestrado. E aí, a excelência é

cinco. Esse é o *top* de linha. Às notas seis e sete só chegam os Programas de excelência que têm inserção internacional, além dos dois cursos, ou seja, mestrado e doutorado. Um critério que só faz duas avaliações que se colocou em prática e, portanto, tem cinco anos, dois referentes à primeira avaliação e três referentes à segunda.

Isto é muito pouco porque em algumas áreas, como a área do Direito, a dita inserção internacional – como é a visão que a Capes tem do que significa a inserção internacional – é, de fato, muito complicado, porque o Direito, como em algumas outras áreas, é algo que se faz pensando na sua própria sociedade. Basta você imaginar que do ponto de vista qualitativo (digamos, a hierarquia das publicações), tende-se a uma avaliação pela produção. E a produção é demarcada pelo lugar onde se publica. Em alguns lugares isso está muito definido. Na Medicina, por exemplo. Só que na Medicina, Mal de Hansen é Mal de Hansen aqui e na China. A osteoporose é a mesma aqui e nos Estados Unidos, na China. Então, na Medicina, isso está muito hierarquizado. Ora, você pega as revistas médicas e as melhores são as internacionais, que estão catalogadas e para se conseguir publicar lá é um desafio. A pesquisa também é uma pesquisa, em geral, de ordem internacional: esse projeto genoma; o projeto que diz respeito à pesquisa da Aids; a pesquisa do câncer etc., vincula gente da França, dos Estados Unidos, enfim... do mundo inteiro. Toda essa luta é uma coisa que se faz hoje no plano global. Pergunta: quem, da Inglaterra, da América, da Itália, pode ter interesse no que se passa com os trabalhadores do Brasil e o problema que eles têm para receber salário? Ninguém ou quase

ninguém; e isso limita muito a publicação no exterior colocando em dúvida o critério que se utiliza na avaliação. Em suma, o critério de publicação, só para dar um exemplo, que se usa nas outras áreas, para nós é altamente questionável. Mas se é assim, estamos fazendo o quê? Estamos paulatinamente escutando, discutindo e preparando, digamos, uma estrutura capaz de albergar as devidas inserções. Afinal, esses Programas que são *top* de linha e mais alguns, que hoje têm notas quatro e cinco, têm uma larga inserção, às vezes até, em alguns setores, maior do que os Programas que as outras áreas têm. Por exemplo: o Programa do qual participo como professor plenamente (UFPR) tem mais professores que dão aulas no exterior do que muitos Programas de outras áreas que têm nota sete, por conta da pesquisa

e da publicação. Então, é uma questão de critério. Para o atual, nós nem estávamos preparados. Afinal, quando determinaram o critério nós quase fomos pegos de surpresa e de consequência estamos trabalhando para poder definir aquilo que é a diferença da área, assim como fazer com que dentro dela a matéria vá analisada, vá observada. Quando isso acontecer, com toda tranquilidade nós teremos Programas com sete, porque nós temos muitos Programas que, à nossa moda, digamos assim, têm inserção internacional de larga escala... Falta, enfim, ao Sistema Nacional de Pós-graduação, respeitar mais as diferenças das áreas para – aí sim – ter-se uma avaliação adequada e justa. A luta, para tanto, não é pequena e nem pode ser de alguns, logo, cabe a todos a sua parcela de esforço.